

CORREIO REAL 9

Boletim da Causa Real produzido pela Real Associação de Lisboa

MAIO 2013



É urgente restaurar
a independência

Infante D. Afonso, Príncipe de Beira,
e Nuno Pombo depositam coroa de flores
no monumento aos restauradores no 1º Dezembro



Entrevista

Isabel Meirelles

*"os países mais sólidos e com valores éticos
mais elevados são monarquias."*

2 
CAUSA REAL
1993 - 2013

Os tempos que vivemos são de urgência. E a urgência é imposta pela ditadura do curto prazo, do efémero. Mesmo a tão propalada reforma do Estado não é senão ditada pela emergência do imediato. Somos todos chamados a pensar o que queremos ser, enquanto comunidade, daqui a 5 anos, pela simples e prosaica razão de não termos dinheiro hoje.

Ora, é bom de ver que uma lógica de tesouraria, a única a que infelizmente nos podemos dar ao luxo de entregar, não autoriza grandes lucubrações filosóficas. Que a política era a arte do possível, já tinha ouvido. Que o Estado o era também, é que desconhecia.

Não merece respeito quem não se der a ele. É assim na construção das personalidades e nas relações pessoais. Mas é assim também na afirmação institucional dos Estados. Tanto no concerto das nações como na projecção identitária junto das respectivas comunidades. Os Estados que não têm memória não são merecedores de ficar na História. E os Estados que não têm horizonte não são dignos de ter futuro. Esse equilíbrio entre o passado e o futuro, entre o que fomos e o que vamos ser, é traçado no presente. Se o passado o recebemos como ele nos foi entregue, o futuro há-de ser o que quisermos legar aos nossos filhos. Poderá ser apenas o que tiver de ser, se nos deixarmos enredar nas algas da conjuntura, adormecidos pela lengalenga de uma suposta impotência. Mas não creio que a desresponsabilização, a nossa, vá ao ponto de acreditarmos que a vontade, a nossa, não joga aqui um papel determinante. Por isso, repito: o futuro há-de ser o que quisermos que ele seja. E é bom

que saibamos que há quem não se interesse por ele ou mesmo quem queira que ele, o nosso futuro soberano, livre e independente, não seja.

Há pois que cerrar fileiras, não permitindo que se abram brechas permeáveis a relativismos ou a pragmatismos atentatórios da dignidade da nossa já muito antiga e suada soberania. Temos horizonte. Tínhamos Rei, temos Rei e teremos Rei. Ontem, hoje e amanhã. Há que cravar os olhos no horizonte. Um horizonte cronológico e espacial. Portugal não é só aqui. Nem sequer só agora. E só a coroa interpreta essa unidade espaço-temporal. Não entender isto é perceber coisa nenhuma.

Nuno Pombo

Director e Presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa.

Fotografia da capa gentilmente cedida:
© Isabel Santiago Henriques. isabel.henriques@gmail.com

Somos confrontados com elas desde os nossos primeiros passos, das mais simples às mais complexas, das mais fáceis às mais difíceis. E parecem-nos cada vez mais exigentes, pois, apesar da inegável prática que vamos adquirindo, também vamos ganhando a consciência de que elas vão determinando o caminho que percorremos ao longo de uma vida progressivamente mais curta.

Muitas vezes irreversíveis, determinam o nosso impacto sobre o mundo que nos rodeia e a forma como ele nos olha.

Decisões.

Com vinte anos, debatendo-nos com grandes opções que podem consolidar ou destruir os nossos sonhos, olhamos para o futuro com trepidação mas animados na certeza das nossas capacidades para o enfrentar, estimulados pelo excesso de confiança própria dessa idade.

Ainda bem, pois evita a paralisia da indecisão! Bertrand Russell apelidou-a de fatigante e fútil. Dante dá o Vestíbulo do Inferno como morada dos indecisos, cobardes que nunca quiseram assumir compromissos ou tomar atitudes, que nem o Céu nem o Inferno aceita.

Vinte de uma longa caminhada que, mais de que um ónus incomportável, fornece-nos autênticos “ombros de gigante” sobre os quais podemos melhor vislumbrar o futuro.

As decisões que tomamos agora definirão a actuação da Causa Real daqui para a frente. Olhemos, então, para a posteridade, com a coragem e humildade necessárias, resolutos e na esperança de que em vinte anos também se possam orgulhar do nosso trabalho.

Como dizia o velho e sábio Gandalf, nas páginas de J.R.R. Tolkien, “A nós não nos cabe decidir o que acontece! Tudo o que nos cabe decidir é o que fazer com o tempo que nos é dado.”

Luís Lavradio, Presidente da Causa Real

A Causa Real celebra este ano os seus vintes anos.



Real Associação de Lisboa

Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto.
1200-243 Lisboa
www.reallisboa.pt
Atendimento de segunda a quinta-feira,
das 15 às 18 horas
Telef: [+351] 21 342 8115/21 342 9702
Email: secretariado@reallisboa.pt



Correio Real

Director: Nuno Pombo
Chefe de redacção: João Távora
Redacção: Duarte Calvão, José Maria Tavares de Almeida, Luís Barata
Design e edição: Madalena Pestana
Produção: Sinapse Media
Impressão: Nova Gráfica do Cartaxo
2650 exemplares
TODOS OS NÚMEROS DO BOLETIM EM PDF EM:
www.reallisboa.pt

9	
ÍNDICE	
4	21
ACTUALIDADE • SAR D. Duarte de Bragança apela “Há que combater activamente tendências derrotistas e traiçoeiras” contra a independência de Portugal • Paulo Guilherme Figueiredo	CARTOON DE • Baião Pinto • Por uma República assim é que o Zé Povinho não esperava...
8	23
ENTREVISTA • Isabel Meirelles: “os países mais sólidos e com valores éticos mais elevados são monarquias.” • João Távora e Duarte Calvão	NOTICIÁRIO • Refundar a esperança em Portugal • 1º de Dezembro • Ribeiro Telles Vasco Rosa • Curso de Formação Monárquica • Projecto Educar Teresa Côrte-Real • Assembleia Geral R.A.L. 2013 • Agradecimentos 2013
13	26
OPINIÃO E DEBATE • Assim Nasceu a Causa Real • João Mattos e Silva • D Manuel II e o Manuelismo - conclusão • Carlos Bobone • O Movimento Monárquico • Joaquim Costa e Nora • Alter-história: D. Manuel II encheu auditório da Biblioteca Nacional • Miguel Castelo Branco	BIBLIOTECA • Um Novo Portugal – Ideias de, e para, um País de Octávio dos Santos • Miguel Castelo Branco
16	
20	
22	

SAR D. Duarte de Bragança apela “Há que combater activamente tendências derrotistas e traiçoeiras”

O “facilitismo” e vistas curtas de sucessivas gerações de políticos da República colocaram em causa a independência de Portugal, cujas vantagens são hoje mesmo postas em causa por muitos portugueses. O sucesso e patriotismo dos portugueses no estrangeiro pode ser uma referência importante para aqueles que estão em Portugal, disse SAR D. Duarte de Bragança nos Estados Unidos.

O “facilitismo” e vistas curtas de sucessivas gerações de políticos da República colocaram em causa a independência de Portugal, cujas vantagens são hoje mesmo postas em causa por muitos portugueses. O sucesso e patriotismo dos portugueses no estrangeiro pode ser uma referência importante para aqueles que estão em Portugal, disse SAR D. Duarte de Bragança nos Estados Unidos.

Cerca de meia centena de monárquicos e simpatizantes compareceram em setembro passado em Newark num jantar de homenagem a SSAARR os Duques de Bragança, promovido pela Real Associação de New Jersey. Foi uma noite de comida típica portuguesa, cantares, poesia e até fado, que serviu também para apresentar a recém-criada associação “irmã” para Nova Iorque (ver caixa).

Nos Estados Unidos para participar no casamento do Arquiduque Imre, filho de Carl-Christian da Áustria e da Arquiduquesa Marie-Astrid da Áustria (nascida Princesa do Luxemburgo), D. Duarte confessou “grande alegria” pelo convívio com os emigrantes portugueses, de todas as gerações, a quem deixou uma visão crítica da República Portuguesa, mas também uma mensagem de esperança.

“Há que combater ativamente essas tendências derrotistas e traiçoeiras que minam o futuro do nosso país”, disse D. Duarte. Hoje, “muita gente em Portugal põe em causa e considera quase secundária a independência nacional; uns porque acham que temos

que ser exclusivamente europeus e não interessa ser portugueses, outros porque acham que seria melhor sermos espanhóis – infelizmente até há disso em Portugal”. “Uma coisa é a nossa comunidade europeia

Uma nova Real Associação em Nova Iorque. Com uma dezena de jovens monárquicos proponentes, nasceu em Setembro de 2012 a Real Associação de Nova Iorque. Colaborando estreitamente com a associação “irmã” de New Jersey, propõe-se a mostrar aos norte-americanos o melhor da cultura portuguesa e a reforçar a divulgação da mensagem Real na comunidade. O plano de actividades para 2013 é extenso.

Em Newark, D. Duarte deixou o desafio: “seria de facto muito interessante que se estendesse a acção também a Rhode Island, [Estado] onde de facto há uma comunidade portuguesa muito interessante” e ainda ao vizinho Massachusetts. Com a identidade “Monárquicos Portugueses nos Estados Unidos” no Facebook, a RA conta já algumas centenas de seguidores em todo o país.

A primeira iniciativa teve lugar em Dezembro: um jantar-debate sobre o futuro da economia portuguesa, com o professor Luís Cabral (New York University – Stern School of Business).

de nações, que se une para defender interesses comuns, outra coisa é uma Pátria que vai ser sempre a melhor defesa dos seus filhos”, adiantou SAR.

A difícil situação em que Portugal hoje se encontra, não é diretamente culpa do povo português, mas sim “em grande parte, culpa dos políticos”, que “infelizmente entraram no caminho do facilitismo, de resolver problemas a curto prazo, agradar ao eleitorado sem considerar o futuro do país”. “Esse é, no meu entender, o grande drama do sistema republicano: porque o que interessa numa República aos políticos é conseguirem ser reeleitos no prazo de quatro anos, em prazos curtos, e o que vai acontecer ao país mais tarde não lhes interessa assim tanto”, disse D. Duarte. Com “alguns governos com gente pouco séria” a República, pela segunda vez, “entrou praticamente em falência”. A primeira vez foi em 1926, apenas 16 anos depois do derrube da monarquia democrática do Rei D. Carlos, e a segunda na sequência do 25 de abril de 1974. Isto porque os governos “todos os anos gastaram 5 por cento mais do que tinham, por facilitismo”.

D. Duarte recordou a resposta recente da rainha Margarida II da Dinamarca, quando questionada sobre a razão de ser de uma monarquia numa democracia tão avançada: “é para proteger o povo dos maus governos”, disse SAR. Por isso, adiantou, as monarquias europeias, e mesmo algumas fora da Europa, “normalmente são melhor governadas, têm governos mais sérios, do que muitas das Repúblicas – há controlo, uma vigilância discreta mas eficiente dos reis e das rainhas”. “Como não dependem dos partidos políticos, dos grupos financeiros, dos interesses, podem desempenhar o seu papel com outra liberdade”, afirmou D. Duarte.

Em vez de promover o melhor da História de Portugal, o regime republicano “nos últimos 30 anos tem tentado fazer o contrário, autoflagelar-se no ensino da História, diminuir a nossa autoestima, o nosso patriotismo”, disse SAR. “Isto tem de ser combatido por todos nós”, e em particular pelos professores portugueses que estão na emigração, que “fazem um trabalho heroico”, adiantou. Em tudo o que diga respeito a Portugal e às comunidades lusófonas, é fundamental a participação cívica dos portugueses na emigração “Que cada vez mais os portugueses dos Estados Unidos tenham uma influência, uma presença e deem o exemplo aos

A “Utopia” de uma bandeira para todos. SAR D. Duarte trouxe consigo para o jantar em Newark a bandeira da Restauração, usada a partir de 1640, “de grande interesse nesta altura em que se está a por em causa a data do 1º de Dezembro”, e também a de D. João II, de que disse “gostar muito”. “Teria esta bandeira a vantagem, se fosse proposta por nós como futura bandeira de Portugal, de ser uma bandeira que une todos os portugueses, que nem os republicanos se sentem contrariadas por ela por ter uma coroa. Todos os portugueses podem considerá-la como símbolo de Portugal, como símbolo de unidade nacional”. Esta, disse, é uma “sugestão que pode parecer utópica”.

O exemplo recente vem da Europa de Leste, onde países como a Polónia, Hungria, Sérvia ou Rússia ao abraçarem a democracia substituíram as bandeiras do comunismo pelas das suas monarquias.

“A minha sugestão é que todos os portugueses usassem o emblema no carro, na lapela, em casa – uma bandeira que os identificasse como sendo portugueses”, disse.

Apesar de ter servido as Forças Armadas, no Ultramar, debaixo da bandeira da República, esta é “partidária”, porque instituída pela revolução republicana. Mas todas as bandeiras nacionais são símbolos do país e da sua História. As paradas militares no Brasil, por exemplo, começam sempre com a bandeira da Ordem de Cristo e depois do Império, antes da República. “Veneram todas as bandeiras nacionais”.

© Paulo Guilherme Figueiredo



portugueses que estão em Portugal, porque em muitos aspetos podem dar um bom exemplo”, disse D. Duarte. “É sempre um banho de optimismo patriótico e de esperança no futuro de Portugal quando tenho ocasião de visitar as comunidades que vivem no estrangeiro e ver a capacidade, o sucesso, a realização que os portugueses conseguem”.

Na presença da fundadora Manuela Chaplin, e da vice-presidente Beatriz Santos, as boas-vindas da Real Associação de New Jersey a SSAARR foram dadas pela presidente Glória de Melo. A vocação do grémio destes monárquicos, recordou, é divulgar o país e “sobretudo essa qualidade que está a desaparecer em Portugal: a de ser patriota e de amar Portugal”. “Os portugueses que estão hoje aqui, se for necessário, atravessarão a nado o Atlântico com a História de Portugal na mão, para lembrar aos portugueses de lá a arte de ser português – qual Camões a salvar os Lusíadas”, disse.

Paulo Guilherme Figueiredo

Daqui e dali...

“ (...) Acredito profundamente na Monarquia, na instituição real como a solução mais civilizada para a chefia dum Estado europeu e quase milenar como o nosso. Num tempo de relativismo moral, de fragmentação cultural e de enfraquecimento das nacionalidades, mais do que nunca há urgência numa sólida referência no topo da hierarquia do Estado :

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa regista uma “evolução muito interessante e positiva”, nomeadamente por o Brasil estar a levar mais a sério o espaço lusófono. “Sinto cada vez mais nos países da CPLP esta evolução para uma futura confederação, uma Commonwealth de língua portuguesa”, disse SAR D. Duarte. Este caminho “não é incompatível com a adesão à União Europeia, mas paralelo”. “Essa comunidade não são só países; são regiões, povos, e todos em conjunto podemos ser verdadeiramente uma força moral”. Essa, adiantou, é a missão futura do povo português: um império de natureza espiritual que promove a fraternidade entre os homens, a solidariedade, o espírito de amor a Deus”. “O povo português tem sabido transmitir esse espírito por onde está”.

o Rei, corporização dum legado simbólico identitário nacional, garante dos equilíbrios políticos e reserva moral dum povo e seus ideais. O Rei, primus inter pares, é verdadeiramente livre e, por inerência, assim será o povo. (...)”

João Távora, in “Liberdade 232”, AldeiaBook, Abril de 2013, p.104.

Loja online

www.reallisboa.pt

Prepare já as suas compras



8 e 9 de Junho

**VENHA
CELEBRAR
O MINHO!**

na presença da
**Família Real
Portuguesa**



ALMOÇO SOLIDÁRIO

A Real Associação de Viana do Castelo, a Associação Empresarial de Viana do Castelo, a Real Associação de Braga e a Confederação Empresarial do Alto Minho, integrado na iniciativa Portugal Real 100% Alto Minho promovem, no dia **8 de Junho de 2013**, um **almoço solidário na Quinta de S. João** (Restaurante Camelo) em Santa Marta de Portuzelo, Viana do Castelo, cuja receita reverte a favor da **Casa dos Rapazes de Viana do Castelo**.

Esta iniciativa pretende ser uma mostra dos produtos de Portugal e do Alto Minho e **contará com a presença dos Duques de Bragança, Dom Duarte e Dona Isabel**, que “apadrinham” este evento.

Preço por pessoa: 22,50€

Inscrições abertas até ao dia 4 de Junho >> e-mail: aevc@aevc.pt | fax: 258 807 119

“Os países mais sólidos e com valores éticos mais elevados são monarquias.”

Entrevista a Isabel Meireles

Nasceu em Freixo de Espada à Cinta, veio ainda criança para Lisboa e estudou no Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho. Licenciada em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, foi contemporânea de Durão Barroso, Santana Lopes, Ana Gomes, António Cluny e Oliveira Antunes, entre outros.

CR: Porque é que escolheu Direito?

Vi tantas injustiças à minha volta que as quis combater tipo Joana D' Arc. Como me dou mal com cavalos, mas quis empunhar espada e de algum modo lutar contra as injustiças. Aliás, penso que ainda tenho esse sinal de juventude, nem que seja só interior, de conseguir indignar-me com as coisas que considero menos correctas, sobretudo do ponto de vista deontológico e ético. Significa que após todos estes anos de profissão, ainda consigo indignar-me com as injustiças que por aí vejo. CR: Também em termos de sociedade, costumes, há uma ideia em Portugal de que os monárquicos são conservadores, rígidos, protocolares...

CR: Mas a advocacia nem sempre é vista como a profissão mais adequada para combater as injustiças...

Sim, mas o nosso código deontológico exige-nos que se nós considerarmos que um cliente nos está eventualmente a mentir, que não acreditamos naquela causa nem na sua justeza, que temos o dever de declinar o patrocínio. Não é uma opção, é um dever. Agora, como é evidente, em todas as profissões há mercenários.

CR: O facto de vir para Lisboa também foi influente nessa decisão?

Eu vim muito pequena portanto já não senti essa influência.

CR: Ainda mantêm a ligação a Freixo de Espada à Cinta?

Sim, temos lá uma casa de família, pelo menos uma vez por ano há festa na terra. Vou com os meus primos, a minha família e os meus amigos. Seria

detestável não ter terra.

CR: Depois de Licenciada em Direito qual foi o seu percurso?

Estive num escritório a fazer o estágio, porque a licenciatura em Direito não nos permite imediatamente o exercício da actividade profissional. Portanto, era necessário, como ainda hoje é, fazer um estágio, que na altura era de cerca de dois anos e meio, em que temos uma formação com um patrono que é um advogado com pelo menos 10 anos de experiência profissional e que nos orienta ao nível do conhecimento mas também, como eu faço com os meus estagiários, ao nível dos princípios, das regras de comportamento e das atitudes. Porque um bom advogado não é só aquele que sabe aplicar o Direito. É também aquele que tem postura, tem deontologia em relação aos seus pares, aos seus colegas, aos seus constituintes, aos juizes e aos funcionários judiciais. Actualmente, dou aulas na Ordem dos Advogados aos advogados estagiários e procuro inculcar-lhes que há, profissionalmente falando, uma postura boa e uma postura má. Que a credibilidade e a confiança, que genericamente se referem à economia, são também conceitos respeitantes às pessoas. E a confiança muitas vezes está nos detalhes, aquelas pessoas que dizem “eu dentro de cinco minutos estou aí” e nunca mais aparecem ou “eu vou jantar” e não só não vão como não dizem nada ou inventam um desculpa esfarrapada... A confiança, tanto na vida pessoal como na profissional, é algo que se constrói durante uma vida e é baseada em pequenos detalhes.

CR: Então faz o estágio...

Faço estágio e convidam-me para ficar no escritório, para o Direito de Família. Durante um ano, fiz

divórcios, regulações do poder parental, umas poucas adopções e depois de alguma reflexão achei que era altura de dizer não. O que fazia até era engraçado mas não era aquilo que eu queria para a minha vida. Na altura era adjunta do Dr. Mário Raposo, que foi ministro da Justiça, e ele estava a escrever um livro com um militar, um coronel na reserva, e apareceu lá no gabinete com a hipótese de fazer um curso da Defesa Nacional. O Dr. Mário Raposo disse: “A Isabel que anda sempre aí e que gosta tanto dos militares vai fazer o curso da Defesa Nacional” - aliás como o Senhor Dom Duarte e a Senhora Dona Isabel fizeram - e eu fiquei toda contente e acho que foi a partir daí que a minha vida teve um *turning point*, de Freixo de Espada à Cinta para Lisboa e de Lisboa para a Europa e para o Mundo, porque este curso de Defesa Nacional que é talvez ainda hoje um dos cursos mais abrangentes de defesa da nossa pátria, do nosso país, da nossa identificação, o que é que somos enquanto portugueses, de onde vimos para onde vamos, os nossos interesses estratégicos, militares. Apesar de as ameaças, hoje em dia, não serem necessariamente militares mas mais económicas, financeiras, de dependência de terceiros, o que nos dilui provavelmente a identidade nacional.

Conheci ali um vasto leque de pessoas, que foram os meus colegas, desde conselheiros da revolução como o Marques Júnior, o Vasco Lourenço, o Martins Guerreiro ou o Costa Neves até homens do antigamente, condecorados pelo Salazar. Mas todos nós nos dávamos fantásticamente bem uns com os outros. Decidi então seguir Direito Comunitário e candidatei-me a uma bolsa de estudo dos Negócios Estrangeiros, que foi concedida, e fui para o Colégio da Europa, em Bruges, na Bélgica, com pessoas com mais de 30 nacionalidades, o que me deu simultaneamente um conhecimento dos outros, um conhecimento dos países e um conhecimento de nós próprios como nação. Fiquei sobretudo a achar que nós somos óptimos mas que nos desvalorizamos muito. Só quando vamos lá para fora é que conseguimos perceber de facto quão bons nós somos, a nível académico, de trabalho, de capacidade de nos superarmos, de encontrarmos soluções muitas

vezes impossíveis para quem tem uma mentalidade demasiado formatada.

CR: Então é aí que começa a sua especialização em assuntos europeus?

Comecei muito cedo, eu fiz isto em 82/83, nós aderimos de pleno direito em 86. Portanto, coube-me explicar às pessoas o que era isto das comunidades europeias e também de fazer negociações em nome do Estado português, o que muito me orgulhou, em dossiês como o direito das sociedades ou o direito dos consumidores. Particpei inclusive na negociação em Montego Bay, das Nações Unidas (Convenção das Nações Unidas sobre o direito do Mar), sobre a plataforma marítima. Tive oportunidade, nesta primeira fase, de ver a subserviência que os portugueses tinham em relação aos outros países, um complexo de inferioridade. Lembro-me que tive uma verdadeira batalha campal com um homem, que já morreu e por isso não vou referir o nome, que me mandou para negociar um dossiê em nome do Estado português, e havia na altura um francês - os franceses normalmente são muito arrogantes - que destratava tudo o que era pequeno país. Um professor islandês fez uma pergunta qualquer sobre um instituto jurídico e o francês respondeu: “Se não sabe vá para a universidade estudar que eu não estou aqui para o ensinar”, quando aquele instituto não existia no direito islandês simplesmente, e já tinha mimoseado o representante grego com uns apartes deste tipo. Então eu cheguei cá e disse: “Se o presidente do grupo de trabalho, o senhor francês, se atreve a dirigir-se-



me nestes termos eu garanto que saio da sala e vou apresentar superiormente um protesto diplomático, porque eu à minha frente não tenho o meu nome, não tenho o nome de uma instituição, tenho o nome do meu país, Portugal, e eu não permito que ninguém insulte o meu país” e ele respondeu: “pois, tenha calma, doutora, veja lá as coisas não se fazem assim” e eu disse-lhe que não estava a pedir autorização, estava a comunicar e queria ver quem é que me ia impedir de defender o meu país, a sua honra e a sua dignidade e os seus interesses. Porque nós quando fomos para lá estávamos ao nível das mulheres a dias, dos pedreiros, da construção civil, etc. Eu lembro-me quando cheguei ao colégio na Bélgica que um alemão me disse: “Olha lá, tu és portuguesa?” e eu disse-lhe: “Sou, qual é o teu problema?” e ele respondeu-me: “Ah, é que eu tenho uma mulher-a-dias portuguesa” e eu disse-lhe: “Olha que engraçado, eu também tenho um cão, é pastor”.

CR: Acha que é um problema da política portuguesa

Quais os três aspectos que correram melhor e pior na nossa adesão à União Europeia?

Melhores

1. Mercado único, nomeadamente na vertente da livre circulação de pessoas, abertura de fronteiras e de mentalidades;
2. Desenvolvimento do País através dos biliões dos fundos estruturais;
3. Consolidação da democracia e da paz social.

Piores

1. Escolhas erradas na canalização e controlo dos dinheiros da União Europeia;
2. Indução de subsídio-dependências profundas na economia portuguesa;
3. Perda de independência nacional em áreas estratégicas como a agricultura, as pescas e o mar.

que os objectivos mais ou menos consensuais sejam esquecidos ou alterados sempre que existe uma mudança de governo?

É necessário um contrato social para que quando um governo muda o Governo seguinte não desfaça tudo ou não faça exactamente o contrário do que o anterior fez. Ou seja, uma linha recta, que prossiga um caminho traçado num amplo consenso nacional. Eu sei que isto é extraordinariamente difícil, é quase utópico, pois temos uma sociedade fracturada. Como alguém dizia, as eleições sejam elas quais forem, são hoje um concurso de celebridades, para ver quem é mais popular. Muitos dos políticos são eleitos com base na popularidade e na empatia que conseguem gerar junto dos seus eleitores e nunca por causa da sua competência ou pela qualidade das propostas, sendo que nós sabemos que as propostas são facilmente reversíveis. Daí que cada político que tem um lugar de poder deve fazer a sua carta de intenções, um contrato com os seus eleitores, para depois se verificar se cumpriu. Como se faz nas empresas em que há um plano de actividades e depois, no final do ano, se vê o que se conseguiu alcançar. No nosso contexto político é impossível a oposição concordar com alguma coisa que o outro lado fez.

CR: E na presidência da República?

Um presidente da República, que vem de um processo eleitoral marcado pelo contraditório, pela oposição e até muitas vezes pelo insulto, como é que ele pode querer ter credibilidade e isenção para governar em nome de todos os portugueses e cerzir todos os rasgões que há entre as partes em confronto?

CR: É militante do PSD há já algum tempo e dessa relação surgiu a sua candidatura à Câmara Municipal de Oeiras.

De repente, fui sondada. Estava habituada aos corredores do poder internacional, em que tudo é alcatifado, em que as vozes são baixas, não quer dizer que as coisas sejam melhores, mas pelo menos são formalmente mais civilizadas e passei para o poder local em que nos interrogam por causa do buraco na rua e do cocó do cão. Não que me incomode, porque estou habituada à gestão da minha casa e uma câmara não é senão uma grande casa, mas, de facto,

digamos que foi um desvio colossal em que eu me empenhei sinceramente.

CR: Porque é que decidiu concorrer?

Em primeiro lugar, e ao contrário de muitos candidatos a autarquias, moro em Oeiras, onde concorri. Penso que deve ser condição *sine qua non*, como é que alguém pode, com honradez, concorrer a uma câmara se não é residente dessa circunscrição? Depois vieram dizer-me que estava a fazer um grande favor ao partido, porque era complicado, mas fui profundamente enganada, eu fui com o espírito de missão, no fundo tentar libertar dos maus, dos corruptos, pôr as coisas na ordem. A minha ideia chave é que as pessoas podem ser competentes, apresentarem bons resultados e serem simultaneamente honestas, não é incompatível. O “rouba mas faz” é um incentivo para se roubar mais. Mas as pessoas do concelho com maiores níveis de literacia do país, com mais licenciaturas, mestrados e doutoramentos, consideram que desde que os eleitos locais apresentem resultados não faz mal que roubem, o que é preciso é resultados. Portanto, temos aqui um desvio dos valores que também inquina a sociedade. O conceito de que todos os políticos roubam é terrível, hoje em dia ser político não é currículo. É cadastro. Quando uma pessoa admite, conscientemente, eleger um responsável político, qualquer seja a posição, que manifestamente é corrupto, quer dizer que alguma coisa vai mal.

CR: É nessa altura em que decide ter uma posição no que toca à Monarquia?

Sim, fui para o “Vietname” e como todas as pessoas que voltaram de lá vim traumatizada. Algumas conseguiram reciclar melhor outras pior os seus traumas, mas normalmente eu gosto de ter referências, gosto de perceber que ainda existe mesmo no mundo da política gente de bem e de facto o Mota Soares foi uma inspiração para mim porque era a tal pessoa confiável, era a tal pessoa que

aparecia com o seu capacetezito na sua motinha, e quando dizia que aparecia, aparecia mesmo, quando dizia que fazia, ele fazia, e quando dizia que não podia, comunicava isso sem rodeios. Foi sempre a pessoa que me deu um feedback e mais do que isso uma *praxis* de seriedade absolutamente notáveis. Havia também um homem do PPM, que não me lembro do nome, ele era só um mas aquilo parecia um exército, o que ele era capaz de fazer, o que ele era capaz de mobilizar... Ainda me lembro do dia da apresentação formal da candidatura no Forte da Baía dos Golfinhos... o que esse homem conseguiu mobilizar... uma série de gente e, pelo menos formalmente, foi bonito de ver as bandeiras do CDS, do PPM, do PSD e de Portugal em conjunto.

CR: Já antes tinha tido algum contacto com o ideal monárquico?

O meu marido é monárquico portanto todo o ideal monárquico não me era estranho. O meu filho é casado com uma dinamarquesa e a Dinamarca, como sabem, é uma monarquia. Nós constatamos que, de facto, os países mais sólidos e com valores éticos mais elevados são monarquias. Eu vivi no Luxemburgo, que é um grão-ducado onde o grão-duque ia jantar muitas vezes a um restaurante onde toda a gente ia e estava ali como qualquer pessoa normal. Agora imagine um presidente da República fazer isto.... A família real toda estava ali calmamente de forma muito simpática e eu achei aquilo delicioso. E também na Dinamarca, na Holanda, na Bélgica, na Suécia, sempre foram boas referências.

CR_ Aqui, em Portugal, que ideia é que tinha do movimento monárquico?

Eu devo dizer que já sou sócia há muitos anos da Real Associação e curiosamente começou porque eu era muito próxima do D. Francisco Azarujinha que era um grande amigo meu, gostava muito daquela família e estava muito com eles. Ele disse-me: “Tem de ser, tem de ser associada” e eu para lhe fazer a vontade associei-me. Se calhar, havia em mim um gene que ainda não tinha germinado, que ainda não se tinha desenvolvido.

CR: Como vê a chefia de Estado republicana em Portugal?

É interessante, quer dizer, considerando os nossos presidentes da República, principalmente pós 25 de Abril, em que eu não me consigo rever em nenhum deles. O presidente da República é preparado para uma disputa política e a disputa política é partidária, é partidária no sentido político mas também no sentido de defender determinados interesses, muitas vezes os favores de quem as apoia têm que ser pagos, alguns até ganham sem saber como nem porquê, estão manifestamente impreparados. Eu já tive vergonha de cenas que vi televisivamente de recepções feitas por chefes de Estado portugueses que não sabem estar, que não sabem falar, que não sabem o protocolo, que não querem saber. Há regras, há liturgias e é disto que se faz a tradição e a tradição é algo de muito importante, é um elemento aglutinador dos povos e dos países, a tradição é importantíssima e quando nós nos esquecemos das nossas tradições, das nossas origens, esquecemos também e sobretudo a nossa identidade.

Perguntar-me-iam: “E se sai alguém que não é adequado para o exercício do cargo?” Ora bem, há mecanismos, designadamente políticos ou jurisdicionais, que pudessem resolver o problema, escolhendo outra pessoa mais adequada, na linha de sucessão como é evidente, sempre aconteceu.

CR: Como especialista em assuntos europeus como vê a questão da monarquia dentro do Federalismo?

Temos que ter uma visão pragmática, como eu procuro ter, embora às vezes me apetecer ter uma visão romântica e pensar que estamos no tempo do Infante D. Henrique, dos grandes navegadores... mas o que é facto é que estamos na Europa do séc. XXI, em que o Ocidente está manifestamente em declínio, em que os BRICS, o Brasil, a Rússia, a Índia e sobretudo a China são potências emergentes. Falo concretamente da China e da Rússia, que são países que têm certos valores de índole económica e política diferentes dos nossos e portanto são uma ameaça enorme ao projecto de paz europeu, que só pode ser prosseguido através de um projecto federal, que

no fundo não elimina a soberania, apenas a transfere para um nível mais elevado e os estados exercem-na em comum. Eu não considero que a Madeira seja menos portuguesa ou os Açores porque têm um governo autónomo. Acredito que a Europa pode ter um projecto federal mas nunca terá um presidente. Tem vários presidentes, os países não querem dar o poder a um único presidente. Têm o presidente da Comissão Europeia que é português, têm o presidente

do Conselho Europeu, que é belga, têm o presidente do Parlamento Europeu, que é alemão, têm o presidente do Tribunal de Contas que também é português... têm vários presidentes que

repartem o seu poder, uns marcam maior intensidade em certos momentos que outros.

CR: Como é que vê o movimento Monárquico e os monárquicos em Portugal?

Desorganizado, muito desorganizado, com uma imagem não diria tradicional, mas com uma imagem antiquada, sem uma visão de marketing que é necessário ter, porque ter uma visão de marketing não é necessariamente mau quando a causa é boa. Se uma causa é boa, é preciso que seja vendável e ela só pode ser vendável se houver organização e se houver nesta organização uma componente muito forte de marketing. Isso poderia ser feito com os Infantes que de facto são meninos lindíssimos e que já estão numa idade em que podem começar a ter intervenção na vida política e social de Portugal e que podem ser uma importante mais valia.

A falta de organização não é um problema só da monarquia, é um problema de todas as associações e acho que teria que haver minimamente uma parte em que as pessoas fossem contratadas em função das suas competências e fossem pagas para exercer uma determinada função e fossem obviamente no fim da linha responsabilizadas, embora eu ache que o facto de se trabalhar gratuitamente não deve também ser objecto de desresponsabilização, porque as pessoas só o fazem porque querem.

Entrevista de **João Távora e Duarte Calvão**.

Assim Nasceu a Causa Real

João Mattos e Silva



Perfazem-se, em 18 de Dezembro de 2013, vinte anos da fundação da Causa Real. Foi nesse dia, em 1993, que diversos dirigentes de várias Reais Associações assinaram, como fundadores, a escritura pública que oficializava, perante o Estado português, a constituição da Causa Real – Federação das Reais Associações.

Nesse mesmo dia iniciou-se o I Congresso, em Viana do Castelo.

1. A Causa Monárquica.

A Causa Monárquica, organização política de apoio a El-Rei Dom Manuel II, criada em 1911, com Estatutos escritos pelo próprio soberano, dependente do Lugar- Tenente do Rei, que nomeava os seus dirigentes nacionais, continuou a ser o órgão político de Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte Nuno, Duque de Bragança, aclamado sucessor do último rei reinante em 1932. Manteve-se durante o Estado Novo em consonância com a política do Governo (que incorporara na sua doutrina alguns princípios do pensamento monárquico maioritário), o que veio a conduzir a movimentos de contestação, levando à criação do Movimento Popular Monárquico, em 1957, à Renovação Portuguesa, em 1962, à fundação da Liga Popular Monárquica em 1964 e à acção levada a efeito pela Comissão da Juventude da própria organização, em 1965, contra a integração de monárquicos indicados pela Causa nas listas da União Nacional, aquando das eleições para a Assembleia Nacional, que culminou na demissão das suas estruturas em todo o País. Os dirigentes da Causa Monárquica eram, na sua maioria, muitos dos proeminentes monárquicos apoiantes do regime, embora no final da década de sessenta e nos primeiros anos da de setenta se notasse já algum afastamento.

Com o fim da II República, em 25 de Abril de 1974, deixou de ter aceitação e acção eficaz, mesmo tendo sido substituídos os seus dirigentes por monárquicos sem conotação com o regime caído, e porque o seu

modelo não correspondia ao pensamento de Sua Alteza Real Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, que sucedera a Seu pai, falecido em 24 de Dezembro de 1976, pela sua Ordem Régia nº 2/8, determinou que a Causa Monárquica deveria dar lugar a uma organização independente do Chefe da Casa Real.

Em 23 de Maio de 1974 foi criado o Partido Popular Monárquico, a partir da Convergência Monárquica, que integrava o Movimento Popular Monárquico, de Gonçalo Ribeiro Teles, a Renovação Portuguesa, de Henrique Barrilero Ruas, uma facção da Liga Popular Monárquica, de João Carlos Vaz Serra de Moura e a Juventude Monárquica Portuguesa, visando dar visibilidade aos monárquicos e demonstrar que a defesa da Monarquia não era incompatível com a democracia nascente. Mas uma grande parte dos monárquicos não aceitou bem a existência de um partido político que se designava monárquico e não aderiu ao PPM. Muitos monárquicos já tinham aderido a outros partidos, de acordo com as suas preferências ideológicas.

Em resposta à citada Ordem Régia, um grupo de monárquicos, entre os quais o Eng.º Marco António Monteiro de Oliveira, o Dr. António Pedro Sameiro e João Luís Mariz Sarmiento Macieira, em 8 de Novembro de 1979, outorgou a escritura pública de constituição de uma associação política com o nome de Causa Monárquica, mas com uma orientação política diferente, visando integrar todos os monárquicos.

Consciente da dispersão dos monárquicos pelos partidos e da circunstância de muitos não terem querido a eles aderir, certo da necessidade de descentralização geográfica da acção, formação e informação e de que o insistente apelo à sua intervenção como chefe político contrariava o seu entendimento das funções que cabem ao Chefe da Casa Real, Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte, em 1 de Julho de 1991, dirigiu uma “Mensagem aos Monárquicos Portugueses” em que afirma: “Não ignoro que alguns gostariam que o Chefe da Casa Real se assumisse também como chefe de grupo – como chefe de partido ou de movimento – que, como tal encabeçasse o combate pela viabilização política do Sistema Monárquico... Ora, em meu entender, o Chefe da Casa Real não deve assumir a direcção de qualquer grupo – por maior que ele seja – nem para tal mandar alguém.”. Apela, então, à organização dos monárquicos em Reais Associações de âmbito distrital, “espaços de pluralismo político onde cabem,



1ª Direcção da Causa Real. Da esquerda para a direita: Pedro Villas Boas Tavares, Paula Leite Marinho, João Mattos e Silva, Miguel Cabral de Moncada e Tomás Araújo Moreira. © Arquivo do Autor

podem e devem trabalhar, em conjunto, monárquicos de todas as correntes ideológicas e políticas, de todos os grupos culturais e políticos, em ordem à definição e à execução de objectivos e estratégias comuns”.

Começaram então a ser criadas, em vários distritos, reais associações, em resposta a este apelo do Senhor Dom Duarte.

Num jantar organizado em Ponte de Lima pela Causa Monárquica, de homenagem a monárquicos “que se evidenciam na defesa e divulgação dos valores consubstanciados no lema da Causa Monárquica, Deus, Pátria e Rei”, a quem foi atribuída a Cruz de Mérito da associação, foi lida uma mensagem de Sua Alteza o Senhor Dom Duarte em que afirmou: “Estou certo de que o acto de hoje reflecte o compromisso assumido pela actual Direcção de prover a transformação da Causa numa Federação de Reais Associações”.

Em 7 de Janeiro de 1992, a Causa Monárquica realizou uma Assembleia-Geral, que analisou eventuais alterações das estruturas da associação, tendo sido lida uma mensagem de Sua Alteza Real o Duque de Bragança em que diz: “Espero que elaboreis e aproveis, muito em breve, o novo Estatuto da Causa Monárquica”, recomendando que envolvessem as Reais Associações, “empenhadas como estão no mesmo projecto unitário e pluralista”.

2. As Reais Associações

Em 1993, a direcção da Causa Monárquica, presidida pelo Eng.º Fernando Costa Quintais, pediu a convocação de uma Assembleia-Geral, que teve lugar em 30 de Julho. Presente antes do início da Ordem de Trabalhos, o Senhor Dom Duarte sugeriu que a Causa Monárquica se transformasse numa federação das Reais Associações. Durante os trabalhos, com um debate muito aceso, foram revistos e aprovados os Estatutos, que transformaram a associação em Federação da Reais Associações, tendo sido convocado um Congresso para Dezembro e sido nomeado o seu sócio João Mattos e Silva, também Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Real Associação de Lisboa, presidente da sua Comissão Organizadora.

Começou então uma luta contra o tempo, para se conseguir o importante acordo de todas as associações sobre os Estatutos, objectivos e sobre a manutenção ou não da designação da Federação. Após uma reunião com todas as associações, realizou-se em 27 de Novembro, em Évora, uma reunião em que participaram várias Reais Associações, que entretanto se haviam filiado na Causa Monárquica, nomeadamente as de Lisboa, Algarve, Beja, Viana do Castelo, Leiria, Évora, Portalegre, e Escalabitana

para a Defesa da Coroa (Santarém). Nessa reunião foi aprovada a proposta de Estatutos a apresentar ao Congresso, com algumas alterações relativamente às aprovadas na Assembleia- Geral da Causa Monárquica, fixada a data e local do Congresso da Federação, a Ordem de Trabalhos e a estratégia para integrar o maior número de Reais Associações já constituídas, algumas das quais divergiam quanto à designação da organização e quanto a aspectos estatutários, designadamente as do Porto, Braga, Aveiro, Coimbra e Viseu. O Presidente da Comissão Organizadora foi encarregado de, com plenos poderes, tentar resolver a situação até ao Congresso marcado para 18 de Dezembro, em Viana do Castelo. Quando este se iniciou, as principais questões pendentes estavam resolvidas por consenso.

3. O I Congresso da Federação das Reais Associações - Causa Real

O Congresso da Causa Monárquica – Federação das Reais Associações iniciou-se em 18 de Dezembro de 1993, no Convento de Santo António, em Viana do Castelo. Estiveram presentes as Reais Associações do Algarve, Aveiro, Beja, Braga, Évora, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Viana do Castelo, Viseu e Escalabitana para a Defesa da Coroa.

Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte dirigiu aos congressistas uma Mensagem, em que fazendo “votos de bom e profícuo trabalho”, referiu que “só com uma unidade respeitadora das diferenças e uma organização fortalecida por uma ampla representatividade conseguirão os monárquicos tornar a sua voz influente na vida política portuguesa. Estou certo de que o mesmo respeito pelas potencialidades e pelas diferenças que defendeis, como cimento do projecto unitário, presidirá às escolhas e aos debates, que hoje e amanhã, ireis realizar”.

Foram apresentadas, discutidas e votadas moções de estratégia da autoria de João Mattos e Silva, em nome individual, da Real Associação de Viana do Castelo e da Real Associação do Porto. Foram todas aprovadas, considerando-se complementares.

O Congresso decidira, entretanto, criar, como nova organização federadora das Reais Associações, a

Causa Real, permanecendo a Causa Monárquica como associação autónoma, tendo como objecto a formação política dos seus associados. Assim, nesse mesmo dia 18 de Dezembro, no Cartório Notarial de Ponte de Lima, realizou-se a escritura pública constitutiva da Causa Real - Federação das Reais Associações.

Foram igualmente aprovados os Estatutos da Causa Real, com ligeiras alterações propostas pelos congressistas, visando a melhoria do documento.

No dia 19 de Dezembro, segundo dia dos trabalhos, foram eleitos os Órgãos Sociais da nova organização e dos da Causa Monárquica, que quase se sobrepuseram.

A Mesa do Congresso da Causa foi integrada por Hélder Macedo Sampaio, Presidente (R.A. do Porto); Maria Teresa de Bragança van Uden Chaves, Vice-Presidente (R.A. de Beja), Fábio Reis Fernandes, Secretário (R.A. de Aveiro) e Jorge Pereira de Sampaio, Vogal (R.A. de Leiria)

A Direcção foi presidida por João Mattos e Silva (R.A. de Lisboa) e contava com Paula Leite Marinho, Secretária (R.A. de Viana do Castelo), Miguel Cabral de Moncada, Tesoureiro (R.A. de Lisboa), Tomás de Araújo Moreira (R.A. do Porto) e Pedro Villas Boas Tavares (R.A. de Braga) e ainda com António Luís Craveiro Lopes Lobão (R.A. de Beja) e Fernando Sampaio Maia (R.A. de Viseu), suplentes.

O Conselho Fiscal foi constituído por José Adolfo Costa Azevedo, Presidente (R.A. de Viana do Castelo), D. Luís Vaz de Almada (R.A. Escalabitana para a Defesa da Coroa) e Plínio Casimiro Serrote (R.A. de Portalegre).

Ficaram, assim, lançadas as bases para a organização que federou o movimento das Reais Associações, lhes deu maior projecção política e fomentou sinergias e participação colectiva no movimento monárquico e que, evoluindo de acordo com as necessidades estratégicas do movimento monárquico, é hoje a Causa Real, a única organização política monárquica reconhecida pelo Chefe da Casa Real.

Fontes: “O Livro do Mérito” da Causa Monárquica, “Dom Duarte e a Democracia” e arquivo pessoal do autor.

“D. Manuel e o Manuelismo”

Conclusão. Carlos Bobone clbobone@hotmail.com

Depois da cisão com o integralismo Lusitano, em 1919, abria-se ao manuelismo a perspectiva de um combate político sereno e bem planeado. D. Manuel nunca se deu bem com os incansáveis conspiradores que acorriam a combater a república, cheios de um zelo sem estratégia, sedentos de pólvora e de sangue. Preferia-lhes o sereno conselho das venerandas figuras que haviam desempenhado altos cargos na monarquia. Os velhos “conselheiros”, os poucos que se haviam mantido activos e fiéis ao rei, Aires de Ornelas, Azevedo Coutinho, Luís de Magalhães, Marquês de Soveral, eram aqueles a quem o jovem monarca dava a sua plena confiança. Criada a Causa Monárquica por vontade de D. Manuel, dotada de uma chefia em unísono com o soberano, afastados os turbulentos activistas do Integralismo Lusitano, parecia extinto o problema crónico do campo monárquico, o desacordo entre a vontade política do rei e a dos seus partidários, sempre prontos a verter o sangue em combates que D. Manuel não lhes ordenava. A submissão da política monárquica ao pensamento do rei estava finalmente assegurada. D. Manuel entendia que a posição de um soberano constitucional não era a mesma que a de um rei exilado. Enquanto chefe de estado, estava sujeito à vontade da nação, expressa no parlamento, mas uma vez extinta ou exilada a monarquia, esta perdia o carácter de um regime, tornava-se uma “causa”, cuja encarnação era o rei, e a visão política deste devia então ser aceite por todos os seus adeptos. Esta perspectiva não encontrava oposição no campo dos princípios, pois os que militavam nas hostes monárquicas rivalizavam no zelo com que procuravam atestar a sua fidelidade ao rei, embora divergissem na interpretação das suas palavras. Por isso, enquanto se tratou de princípios, não se levantaram barreiras. Os estatutos da Causa Monárquica, aprovados por D. Manuel e publicados em 1924, reflectiram a vontade do rei, que pretendia fazer desta organização o seu porta-voz, e a submissão dos seus adeptos, que

mais não queriam senão cumprir directivas régias. O Conselho Superior da Política Monárquica ficava constituído por um número fixo de delegados, representando as províncias portuguesas, e um número variável de delegados cuja nomeação cabia ao rei, que escolheria quantos quisesse. Os delegados de nomeação régia poderiam suplantar os outros, se essa fosse a vontade do monarca. Mas D. Manuel não precisaria de recorrer a esse expediente para imprimir o seu cunho à actividade desenvolvida por eles, pois a missão do Conselho Superior, não obstante o seu majestoso nome, consistia em organizar a política monárquica de acordo com as instruções recebidas do lugar-tenente de El-Rei. Ficava assim instituída uma autêntica tutela do rei sobre a política monárquica, por meio do lugar-tenente, directo executor das ordens régias e verdadeiro regente da Causa. O Conselheiro Aires de Ornelas foi desde 1910 o principal conselheiro político de D. Manuel, o seu porta-voz, mensageiro e executor das suas instruções políticas. A ele coube, como se esperava, a lugar-tenência de El-Rei, lugar em que se conservou até morrer, em 1930. Sucedeu-lhe o Conselheiro João de Azevedo Coutinho. Ambos tinham sido ministros da monarquia e heróis das campanhas de África nas últimas décadas de oitocentos. A hierarquia do regime vencido transitava para a Causa restauradora.

“D. Manuel entendia que a posição de um soberano constitucional não era a mesma que a de um rei exilado. Enquanto chefe de estado, estava sujeito à vontade da nação, expressa no parlamento(...)”

O predomínio absoluto do lugar-tenente sobre toda a política monárquica fazia dele, por inerência, o presidente ou chefe supremo da Causa. Para confirmar a sua autoridade, estatuiu-se ainda que era ele o único depositário da “autoridade régia” na ausência do rei, cláusula que previa a incapacidade ou morte do monarca, pois a ausência física seria permanente enquanto durasse o exílio.

Com uma hierarquia tão rigorosamente definida, não se esperava que a Causa Monárquica pudesse desiludir o rei. Mas por muito bem definidas que

estivessem as esferas de competência de cada um, não era possível extinguir a propensão natural dos monárquicos para a conspiração e as quezílias internas. Sujeitos à autoridade régia, degladiavam-se a pretexto das palavras de El-Rei. Na mensagem de ano novo de 1926, D. Manuel declarou que a monarquia a restaurar não poderia ser a mesma que caíra em 1910. Logo estalou um duelo em torno da interpretação desta frase. Os integralistas da Acção Realista, triunfantes, anunciavam a adesão do rei às suas teses, reconhecida a falência do modelo cartista. Os liberais negavam asperamente esta interpretação lata do discurso régio, afirmando que D. Manuel rejeitara apenas os vícios que caracterizaram os finais do regime. Nas hostes da Acção Realista alimentava-se a imagem de um monarca convictamente desenganado das ideias liberais, mas preso pelo seu juramento à Carta Constitucional. Corriam algumas versões sobre lamentos do rei, frases incompletas, cheias de reticências, sobre o que faria se não fosse o seu juramento. Dissertava-se longamente sobre o drama de D. Manuel e os meios com que a nação poderia libertá-lo expressamente do compromisso que tanto lhe pesava. Os “Conselheiros” da monarquia constitucional arrepelavam-se com estas atrevidas especulações, asseveravam a fidelidade do rei ao constitucionalismo da Carta e envolviam-se em longas controvérsias sobre as palavras proferidas ou imaginadas. O rei perdia a paciência e lançava um severo aviso aos órgãos da Causa Monárquica, ameaçando afastar-se deles se não cessassem as guerras intestinas. Este desalento, e a esperança que D. Manuel depositou na ditadura instaurada em 1926, ditaram o seu silêncio e o da Causa Monárquica nos anos seguintes.

D. Manuel saiu da cena política tão abruptamente como tinha entrado. A sua morte prematura, em Julho de 1932, veio precipitar a solução do problema dinástico, que se vinha negociando sem resultados conclusivos nos últimos vinte anos. Já em 1912 e em 1922 se tinha experimentado a reconciliação dos dois ramos da família real, e em ambas as ocasiões o acordo falhara por desacertos nas fórmulas definitivas, divergências que a muitos pareceram questões insignificantes, mas tocavam nas questões nevrálgicas da legitimidade invocada por cada um dos príncipes. Prestadas as honras fúnebres ao último



D. Manuel II

rei de Portugal, não tardou a Causa Monárquica a escolher e aclamar o seu sucessor. Três meses passados sobre a morte do rei, o manuelismo em peso transferia a sua fidelidade para o neto de D. Miguel, D. Duarte Nuno de Bragança, chefe do único ramo sobrevivente da Casa Real. A rápida e quase unânime decisão foi favorecida por circunstâncias várias que anulavam as barreiras até então existentes entre as duas famílias monárquicas: a extinção completa do ramo constitucional, a existência de um príncipe com quem D. Manuel encetara negociações tendo em vista reconhecê-lo por sucessor, e a rigorosa hierarquia que D. Manuel impusera aos seus adeptos, com autoridade para decidir, na sua ausência, as mais graves questões. O processo de decisão foi encabeçado pelo lugar-tenente João de Azevedo Coutinho, Chefe Supremo da Causa Monárquica. Raras foram as vozes discordantes, das quais se tornaram notadas a do conselheiro Luís de Magalhães, que preferia adiar a decisão para o momento em que se restaurasse a monarquia, e a do jornalista Rocha Martins, que abandonou o campo monárquico alegando a sua profunda desconfiança de tudo o que vinha do lado miguelista.

A fusão do manuelismo com o miguelismo fez-se sem grandes convulsões. Terminada a controvérsia sobre a questão dinástica, faltava fundir as duas doutrinas, a tradicionalista e a constitucional. Trabalho facilitado pela evolução da política nacional e europeia, que desde o fim da guerra vinha



Miguel Paiva Couceiro com João Azevedo Coutinho



D. Duarte Nuno de Bragança

agrupando várias correntes de pensamento conservadoras e tradicionalistas em torno da solução corporativa. O sidonismo tinha feito um primeiro ensaio de regime corporativo, instituindo um senado em que estavam representadas as associações profissionais e patronais. Estas últimas ganharam, depois da guerra, um ascendente nunca visto, reclamando a atenção do poder político, exigindo maior capacidade técnica aos governantes e menor fidelidade partidária, chamando a si o combate aos movimentos grevistas, e finalmente criando um órgão político da classe patronal, a União dos Interesses Económicos, que fez eleger quatro deputados nas eleições de 1925. Empresários, activistas católicos, monárquicos e republicanos ordeiros, deixavam-se atrair pela ideia de um estado organizado em moldes não parlamentares, com representação orgânica dos corpos intermédios, das unidades naturais da sociedade, dotadas de hierarquia e organização espontâneas. A solução corporativa deixara de ser património do integralismo e aparecia como o remédio para os defeitos do regime parlamentar, que em Portugal nunca tinha ultrapassado a fase do caciquismo, da arruaça, da fraude eleitoral e do golpismo. A imprensa dos meios desafectos ao esquerdismo republicano invocava constantemente as “forças vivas”, reconhecendo-lhes a legitimidade, o saber e a aptidão para decidir, que faltavam aos partidos parlamentares.

Apesar das ruidosas polémicas que terminavam, invariavelmente, em questões pessoais, os dois campos monárquicos tinham-se aproximado nas suas concepções políticas, ao longo dos anos 20.

Oficialmente o que os afastava eram divergências insanáveis, mas a doutrina ia convergindo, nas propostas de uma nova monarquia assente em instituições representativas. Dentro das hostes manuelistas a controvérsia entre o grupo da Acção Realista e os fiéis do regime parlamentar, fizera reconhecer que era preciso haver uma representação política das actividades profissionais. E do lado miguelista reconhecia-se a importância da “representação nacional”. A ditadura militar instaurada em 1926 fora acolhida com benévola expectativa por ambos os campos monárquicos, e os dois príncipes haviam ordenado às suas hostes que se abstivessem de actos contrários à política do governo.

Ainda assim, os dirigentes da Causa Monárquica não estavam dispostos a abdicar da herança política de D. Manuel. Por isso, na primeira carta que dirigiram a D. Duarte Nuno, depois de terem reconhecido nele “todos os títulos de sucessor de El-Rei o senhor Dom Manuel”, pediam-lhe que aprovasse um programa de sete pontos, “exprimindo orientações fundamentais

desta Causa”, e lembrando que a aprovação desses princípios seria o sinal “daquele íntimo acordo que deve sempre existir entre o príncipe e a nação”, além de significar a continuidade “das tradições gloriosas

de El-Rei D. Manuel II”. Os sete pontos ou “votos” expressos pela direcção da Causa pediam que se mantivesse a fidelidade ao pensamento de D. Manuel II, a unidade entre as várias correntes monárquicas sem o favorecimento de qualquer facção, a defesa dos direitos da religião católica, a manutenção da aliança com a Inglaterra, o apoio aos princípios enunciados pelo governo da ditadura, a conservação da orgânica

da Causa, chefiada por pessoas ligadas à política anteriormente seguida. No essencial, tratava-se de impedir que o príncipe conferisse um carácter miguelista à causa monárquica.

D. Duarte Nuno respondeu a esta carta com grande habilidade política, manifestando o seu pronto assentimento aos sete pontos propostos, mas lembrando que todos eles pertenciam ao património do pensamento político tradicionalista, e que D. Manuel fora aderindo a eles com o passar dos tempos: “sabe-se que a Nação chegou por si própria à afirmação (bem clara no programa de 30 de Julho de 1930) daqueles princípios nacionalistas e tradicionalistas, geradores e conservadores da Patria, à totalidade dos quais foi sempre fiel o meu programa dinástico; e também é notório que o rei D. Manuel II, meu malogrado Primo, juntou às suas benemerencias nacionais a da sinceridade e inteligência com que, em documentos varios, soube formular os mesmos princípios fundamentais da teoria monárquica”. Assim se aquietava o campo monárquico. D. Duarte Nuno aceitava a herança política de D. Manuel e acolhia o seu pessoal político, conservando João de Azevedo Coutinho no posto de lugar-tenente. Mas ao mesmo tempo revelava-se um príncipe com programa político bem definido, fiel às suas raízes dinásticas e doutrinárias, e com a clara percepção do renovado vigor com que os princípios tradicionalistas alastravam pela sociedade portuguesa.

Com esta troca de correspondência se operou a fusão das duas famílias monárquicas, desavindas durante um século e agora, por força de uma tragédia, induzidas ao reconhecimento do projecto que as unia, embora firmes e orgulhosas na defesa do percurso que tinham feito em separado.

Pequeno excerto:

(...) “sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins (vida, liberdade e felicidade), cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la” – (...) “Nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela [nação] não emane expressamente”.

Aclamação do Rei D. João IV, assento das cortes de Lisboa - 1641



A Real Associação de Lisboa celebra o seu 24º aniversário

Dia 15 de Junho

Visita às Linhas de Torres e a Mafra, guiada pelo Coronel Américo Henriques.

A iniciativa está aberta a todos os associados da Causa Real, familiares e simpatizantes mediante inscrição.

Inscrições: secretariado@reallisboa.pt ou 213 428 115



O Movimento Monárquico

Joaquim Costa e Nora Real Associação de Coimbra

I - O IDEÁRIO MONÁRQUICO

O Ideário Monárquico, consubstanciado na necessidade de Portugal ter um Chefe de Estado independente dos interesses partidários e económicos e isento de comprometedoras solidariedades, é pacífico.

Os Presidentes da República, recrutados pelas forças que discutem o espectro partidário, por muito que o proclamem e apesar de beneficiarem da contínua promoção da Comunicação Social afecta aos respectivos partidos, nunca conseguem disfarçar a “patine” partidária em que se deixaram formatar, sendo sistematicamente “vaiados” pelos militantes das forças partidárias adversárias. Nunca conseguem ser o “espelho limpo” em que Portugal se possa rever.

É este exemplo de independência e de isenção que o REI assegura a todos os Portugueses, pois não depende, nem das máquinas partidárias, nem dos interesses económicos.

Acresce que, neste momento em que a integração de Portugal na União Europeia exigiu contrapartidas em matéria de Soberania Nacional, com o consequente ressurgimento da questão de perda da Identidade Nacional, é indispensável que a Chefia de Estado esteja confiada a Alguém que se sinta Português e que defenda verdadeira e corajosamente Portugal e não a um Chefe de Estado partidário que partilhe interesses com os membros da sua “família” europeia.

É igualmente pacífico que os direitos dinásticos da Coroa Portuguesa pertencem ao Senhor Dom Duarte de Bragança e a quem legitimamente Lhe venha a suceder.

II - AS REAIS ASSOCIAÇÕES E A CAUSA REAL

Para “a defesa do Ideal Monárquico e da Instituição Real e defender a Restauração da Monarquia em Portugal”, existe a Causa Real, “associação privada

portuguesa de direito civil, dotada de personalidade e capacidade jurídicas”.

“A Causa Real pretende exercer a coordenação do movimento monárquico português, promovendo acções políticas, culturais, informativas, sociais, entre outras, tendo como objectivo principal a restauração da Monarquia em Portugal. A Causa Real é uma associação presente em todos os distritos de Portugal, nas duas Regiões Autónomas e em outros locais do Mundo”

Hoje, “as Reais Associações são estruturas regionais integrantes da Causa Real, o Movimento Monárquico de âmbito Nacional”.

Mas nem sempre assim foi ...

O Movimento Monárquico que conduziu à actual estrutura da Causa Real constituiu-se inicialmente através de Reais Associações, que se formaram numa base distrital e que se organizaram numa Federação das Reais Associações, a Causa Real, tendo esta, já então, funções coordenadoras do Movimento Monárquico.

Esta estrutura inicial tinha, além de outras, a vantagem de preencher o território do nosso País; ou seja, todas as regiões (distritos) de Portugal tinham uma representação do Movimento Monárquico.

A última alteração de estrutura da Causa Real e das Reais Associações visou conferir uma maior eficiência e melhor resultado ao esforço dos Monárquicos comprometidos com o Movimento, conferindo-lhe, consequentemente, maior visibilidade. Com notórios resultados positivos.

A maior visibilidade da Causa Real junto dos meios de comunicação social e da opinião pública, a interacção entre monárquicos (até aqui quase isolados ou desconhecidos entre si), o conhecimento de uma grande variedade de blogs (alguns dos quais já existiriam antes, mas não eram conhecidos fora do

âmbito restrito dos amigos dos respectivos autores), são alguns destes resultados positivos.

III - A “TERRITORIALIZAÇÃO” DO MOVIMENTO MONÁRQUICO

Mas esta nova dinâmica do Movimento Monárquico não se manifesta em muitos lugares do País ... pelo menos, não em tantos como seria desejável. E, por vezes, esta manifestação ocorre em círculos restritos, não acessíveis ao comum dos Portugueses.

É indispensável que não se descure a “territorialização” do Movimento Monárquico e que este se aproxime mais dos Portugueses de todo o Portugal.

Como a Direcção Executiva da Causa Real não tem possibilidade humana de visitar todo o País com a frequência desejável, devem ser as Reais Associações a conjugar entre si os seus esforços, particularmente entre as Reais Associações vizinhas, no sentido de divulgar o Ideário Monárquico junto de todos os Portugueses residentes nas suas áreas de “jurisdição”.

Devem especialmente ser ajudadas as Reais Associações com áreas mais extensas e cuja manifestação monárquica não tem sido muito evidente.

Tudo isto com respeito pela “área de jurisdição”

atribuída a cada Real Associação, mas tentando evitar que divisões “administrativas” artificiais espartilhem ou impeçam a divulgação do Ideário Monárquico.

E este contacto com todos os Portugueses pode ser iniciado através dos meios de comunicação locais (porventura mais lidos e escutados nessas zonas do que os de âmbito nacional), com menção de contacto da respectiva Real Associação para a recepção de eventual resposta.

Naturalmente, o tipo de acção proposto deve ser executado com o conhecimento e coordenação da Direcção da Causa Real que, em conjunto com as Reais Associações mais “afortunadas”, pode até criar uma equipa de “redactores” de artigos de promoção do Ideário Monárquico a publicar na imprensa local como é acima sugerido.

É este o projecto que concretamente proponho às demais Reais Associações das Beiras – Beira Litoral (Aveiro), Beira Interior (Guarda e Castelo Branco) e Viseu – e que, estou certo (porque conheço bem os respectivos Presidentes de Direcção, monárquicos convictos e leais), irá ter o melhor acolhimento.

É este o repto que lanço a todas as Reais Associações que se sintam “desafogadas” para, em verdadeiro espírito de Missão e em conjugação de esforços com os monárquicos vizinhos, promover o Ideal Monárquico e a Instituição Real.

Cartoon...



“Por uma República assim é que o Zé Povinho não esperava...” por Baião Pinto

Alter-história: D. Manuel II encheu auditório da Biblioteca Nacional

Miguel Castelo-Branco miguelcastelobranco@yahoo.com

Não houve cadeiras para todos quantos, em hora de ponta, contrariando o derrotismo, o quebranto e as lamúrias de um tempo de cinzas, acorreram no passado dia 13 de Novembro à Biblioteca Nacional de Portugal para ouvir o Professor Artur Anselmo discorrer com graça, erudição e precisão sobre a figura do Rei Dom Manuel II, patriota, homem limpo, bibliófilo e bibliógrafo de renome internacional, cuja obra continua, oitenta anos após a sua morte, a reunir a aclamação de quantos se interessam pelo livro antigo português. Apresentado por Nuno Pombo, presidente da Real Associação de Lisboa, Artur Anselmo riscou o retrato psicológico de um homem que dedicou a vida a servir Portugal. Como monarca empurrado para o doloroso exílio; logo como estudioso da história portuguesa, colecionador de incunábulo e autor de Livros Antigos Portugueses - ainda hoje referência obrigatória para a história do livro e dos alvores da imprensa em Portugal - D. Manuel II foi um modelo de seriedade, ponderação e serviço.

A primeira parte da exposição dedicou-a o conferencista à biografia do Rei. Servindo-se de copiosos exemplos retirados da epistolografia trocada entre D. Manuel II e nomes de primeiro plano da vida académica portuguesa do primeiro quartel do século XX, ofereceu a imagem de um homem prudente, que nunca se imiscuiu na intriga política, sempre protestou lealdade ao seu país e colocou acima dos seus direitos a paz, a unidade nacional e os supremos interesses da pátria. D. Manuel, disse Anselmo, é hoje unanimemente reconhecido por monárquicos e republicanos como um fiel intérprete do interesse colectivo. No exercício, como no exílio, foi um monarca sempre em busca do equilíbrio. Fiel ao juramento como monarca constitucional, compreendeu que a Restauração - a ocorrer - só poderia ter origem no apaziguamento e extinção dos ódios velhos que dilaceram a sociedade portuguesa desde 1820. Em 1916, quando Portugal interveio na Grande Guerra, D. Manuel II pediu a união de todos os portugueses,

decretou trégua política, pediu aos seus apoiantes que se alistassem no Exército e foi intermediário entre o governo português e os Aliados.

Mas a biografia intelectual de D. Manuel II foi, talvez, ainda mais rica e perdurável. Homem cultíssimo, fez *avant la lettre* estudos de história do livro, num tempo em que tal área do saber ainda mal dera os primeiros passos. Intuitivo e certo nas questões que levantou na vasta obra historiográfica que deixou, infelizmente inconclusa, D. Manuel II determinou as condições para um conhecimento seguro sobre a instalação da arte negra (tipografia) em Portugal. Anselmo acrescentou que, ainda hoje, a obra deixada por D. Manuel II emparceira com os nomes mais marcantes da história do livro - Vitorino de Pina Martins, Francisco Leite de Faria, João Alves Dias - e que, sem uma ruga, é repositório de saber que exige a atenção dos historiadores da cultura portuguesa. D. Manuel II gastou o que tinha e não tinha para reunir a segunda maior coleção de obras de tipografia portuguesa dos séculos XV e XVI, apenas superada pela existente na Biblioteca Nacional. Deixou-a em testamento ao seu país e hoje a livraria do Rei encontra-se em Portugal, à guarda da Fundação da Casa de Bragança.

Um fim de tarde de grande elevação cívica e patriótica, quase fazendo esquecer a decadência do Portugal de hoje. Se o país tivesse seguido o exemplo daquele bom, honesto, inteligente e sensato jovem monarca, hoje estaríamos certamente mais cultos, mais serenos, prósperos e civilizados.

Miguel Castelo Branco



Foto: © João Távora

“Existe uma alternativa muito clara à actual situação a que chegou este regime, alternativa que passa por devolver a Portugal a sua Instituição

Refundar a esperança em Portugal

Real e que, se não resolve por si só todos os nossos problemas atuais, será certamente, como o provam os vários países europeus que a souberam preservar, um grande factor de união popular, de estabilidade política e de esperança colectiva. Numa palavra, de desenvolvimento”.

Estas foram palavras de S.A.R. D. Duarte de Bragança, da sua “mensagem aos portugueses” proferida no palácio da Independência por ocasião do 869.º aniversário da fundação de Portugal, perante uma plateia repleta de centenas de patriotas.

1.º de Dezembro Lisboa, 1 de Dezembro de 2012

Como sempre acontece, a Real Associação de Lisboa participou activamente nas comemorações oficiais do 1º de Dezembro, marcado pelo desassombro dos discursos, pautados pela unanimidade da defesa do feriado nacional. Em sua representação, Nuno Pombo acompanhado pelo Infante D. Afonso, Príncipe da Beira, num acto pleno de simbolismo e de esperança, depositaram no

monumento uma coroa de flores em homenagem aos restauradores da independência nacional. Depois, já no Palácio da Independência, a convite da Sociedade História da Independência de Portugal, a delegação da Real Associação de Lisboa assistiu ao interessante programa que aí se promoveu, tendo tido oportunidade de assinar o respectivo Livro de Honra.

Ribeiro Telles Abril de 2013

A atribuição a Gonçalo Ribeiro Telles, a poucas semanas de completar 91 anos, do Prémio Sir Geoffrey Jellicoe 2013, da International Federation of Landscape Architects, é um estrondoso reconhecimento internacional da sua obra, que não pode todavia jamais ser despegada — como nos pareceu ter sido feito pela imprensa — da sua concepção da vida e da nação portuguesa, do seu amor e cuidado invulgares com a nossa terra e a qualidade de vida devida à nossa gente. Importa dizer claramente que o seu portuguesesíssimo ideário

monárquico é o húmus da sua concepção de paisagem global, fiel às antiquíssimas lições da história, atenta à salvaguarda das mais pequenas comunidades rurais, como partes indissociáveis e indeléveis do corpo da nação portuguesa, que a tradição manda acarinhar porque também aí somos Portugal. E isso não é apenas arquitectura paisagística, é também verdadeira política. Boa política.

O **Correio Real** congratula-se muito vivamente com este Prémio, e envia ao Amigo e Mestre as nossas mais sentidas felicitações.

Vasco Rosa



Gonçalo Ribeiro Telles dançando o fandango num encontro do grande conselho da IFLA, realizado em Santarém, 1965. Foto: © Fotobiografia pp 85 Fernando Santos Pessoa - Argumentum, 2011

Curso de Formação Monárquica

Arrancou em Lisboa, no final do mês de Fevereiro, o primeiro Curso de Formação Monárquica, iniciativa promovida pela Real Associação de Lisboa e especialmente dirigida a jovens monárquicos (16 a 30 anos).

O objectivo foi o de preparar os jovens monárquicos a intervir o mais qualificadamente possível na defesa do Ideal Monárquico, nas diversas plataformas comunicacionais e em todas as dimensões da sociedade civil. O Curso contou com três sessões, cada uma delas dedicada a um

assunto. A primeira centrou-se na dimensão política (Nuno Pombo e Samuel de Paiva Pires), a segunda na história do movimento monárquico (D. Vasco Teles da Gama e Miguel Cabral de Moncada) e a terceira na vertente comunicacional (João Távora e Paulo Guilherme Figueiredo).

A natureza do Curso e os objectivos que se propunha alcançar recomendaram que as vagas fossem limitadas. Para que nenhum jovem fique de fora, outros e com mais formadores, nos mesmos moldes, se seguirão.

Projecto Educar

Acreditando que a educação é o principal caminho para mudar as consciências e acautelar os preconceitos, a Causa Real iniciou este ano o Projecto Educar, através do qual levou às escolas uma visão diferente da História de Portugal e do sistema político actual.

De harmonia com a faixa etária dos alunos em causa, foram realizadas dois tipos de acções: uma numa vertente mais histórica para os alunos das escolas básicas e secundárias e outra relacionada com a área da Ciência Política para os alunos do Ensino Superior.

O projecto iniciou-se com uma palestra seguida de debate no Colégio de São João de Brito, em Lisboa, proferida por João Távora. Tal como na Escola João de Barros,

na Figueira da Foz, à apresentação multimédia acompanhada por objectos da época sob o tema “Da Monarquia à República”, seguiu-se um diálogo vivo e participado com os alunos presentes.

Pensada para o ensino superior, e para um público mais adulto, decorreu na Escola Superior de Educação João de Deus, em Lisboa, a conferência “Democracia, Cidadania e Sistema Político em Portugal, no século XXI”. Foram oradores o Professor Dr. José Adelino Maltez, o Dr. Samuel Paiva Pires e o Professor Dr. António Ponces de Carvalho, que moderou o debate que se seguiu.

Para que o projecto se tivesse iniciado foi indispensável a colaboração tanto das escolas que



Concluído o Curso, pensam os organizadores que os jovens que o frequentaram estão mais habilitados a argumentar, mesmo no seu dia a dia, de uma forma objectiva, focada e esclarecida, independentemente do seu interlocutor. Conhecem melhor as vantagens do sistema monárquico face ao actual e dispõem já de uma mais adequada cultura política. Desfizeram-se mitos e preconceitos. Combateu-se o preconceito com o conhecimento. Uma iniciativa que merecia ser replicada noutros pontos do país.

abriram as suas portas às nossas acções, como dos professores que investiram parte do seu tempo disponível para que estas fossem o sucesso que testemunhámos.

Em todas as palestras foi evidente o interesse dos alunos e restantes participantes por estas questões, o que reforça a ideia de que não há falta de interesse dos jovens sobre a nossa história e, sobretudo, sobre a alternativa monárquica. O que existe é uma enorme campanha de desinformação, visível nos actuais conteúdos programáticos do ensino básico e secundário.

Até ao final do ano lectivo estão já previstas mais três acções em escolas públicas dos distritos de Lisboa e de Aveiro.

Teresa Côte-Real

Assembleia Geral R.A.L. 2013

Lisboa, 9 de Março de 2013

Com a presença de cerca de sessenta associados, decorreu na tarde de Sábado, dia 9 de Março, na Casa da Comarca da Sertã, a Assembleia Geral Ordinária da Real Associação de Lisboa (R.A.L.). Seguindo a ordem de trabalhos, foi aprovado o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2012 assim

como o regulamento interno devidamente revisto à luz dos novos Estatutos da Causa Real. Além da ratificação da cooptação do Vogal Pedro Amaro para a direcção, foram eleitos Delegados ao Congresso da Causa Real de 2013 os seguintes associados: Miguel Cabral de Moncada, Maria Câmara Aguiar,

António Ponces de Carvalho, Luís Miguel Martins (Suplente) e Rui Lage (Suplente). Acrescem a estes os que forem nomeados pela Direcção nos termos estatutários. A assembleia foi encerrada com um interessante debate e contributos diversos para uma estratégia de intervenção política monárquica.

Agraciamientos 2013

Lisboa, 9 de Março de 2013

Na Assembleia Geral Ordinária de 2013, realizada no dia 09 de Março, homenagearam-se alguns associados que se distinguiram pelos serviços prestados à Real Associação de Lisboa e à divulgação do Ideal Monárquico.

Os associados presentes votaram por unanimidade a proposta da Direcção de concessão da categoria de Sócio Benemérito aos associados

Joaquim Romão, do Corpo de Intervenção da PSP, e Dr. João Carlos Banazol.

Na mesma ocasião, foi entregue a Medalha de Mérito da Real Associação de Lisboa aos associados Prof. Doutor Gonçalo de Sampaio e Mello e Dra. D. Clara Costanzo Stichaner, cuja atribuição havia sido deliberada pela Direcção nos termos do respectivo Regulamento.

NAS FOTOGRAFIAS

1. Em representação do Prof. Dr. Gonçalo Sampaio e Mello, o seu filho e Nuno Pombo
2. Dra. D. Clara Costanzo Stichaner e Nuno Pombo
3. Chefe Joaquim Romão aplaudido pela assembleia.

Fotos: © Raúl Bugalho Pinto



FICHA TÉCNICA

Título: Um Novo Portugal – Ideias de, e para, um País

Autor: Octávio dos Santos

Editora: Fronteira do Caos Editores, Porto, 2012

O livro de que vos falo não é um texto. São vários. É uma colectânea que celebra os 35 anos de intervenção cívica, publicada, do seu autor, Octávio dos Santos. E regista, como o próprio confessa, a sua própria evolução intelectual e política. Não são muitos os que oferecem o seu percurso, deixando a nu as suas falhas pretéritas. Como intuo serem mais os que se louvam na congruência, ainda que recorrente no erro, do que os que se revêem no porfiado caminho em direcção à Verdade.

Estes textos são também, em certa medida, um grito de alma. “(...) abomino a Revolução Francesa; considero-a a «Mãe de Todas as Catástrofes Contemporâneas» (...) Trata-se do início do conceito de assassinato industrial” (p. 202). Mas é também um muito nosso lamento. O grito de uma alma portuguesa que não reconhece os símbolos que servem Portugal: “estes «símbolos nacionais» não são os meus” (p. 159). Sendo monárquico, e não republicano, os símbolos de Octávio dos Santos são outros. Não me revejo neste postulado, desde já esclareço, ainda que o perceba. Creio que o apaziguamento da história há-de fazer-se sem remos e com respeito. Até pelos símbolos. Contudo, não são apenas estranhos ao autor os símbolos. Ele não reconhece também o chão que pisa. Não surpreende nesse chão, que não é mais do que o sistema de múltiplas matizes em que vivemos e nos asfixia, o que entende ser a essência de Portugal, ou, digo eu, da sua portugalidade. Da sua portugalidade, meço o que digo, tendo bem presente que cada um de nós pode estabelecer com o país uma relação pessoal, íntima. Verdadeiramente exclusiva. Esse sentimento de posse não ocorre aos indiferentes...

A pergunta que Octávio dos Santos se põe é a mesma que formulou enquanto aluno do ensino



secundário, no ano de 1976: “Que futuro terá Portugal?” (p. 16). É esta, segundo me parece, muito mais do que uma pergunta, retórica e lapidar, a ideia chave que perpassa todo o livro. E a citação de Jorge Sena com que o livro abre não é senão uma provocação “(...) eu não mereço a pouca sorte de ter nascido nela [nesta Pátria]” (p.11). Quem parte deste princípio não se preocupa com o futuro da pátria. Só se amargura com ele, com o futuro da Pátria, só sofre com a Pátria ou por causa dela quem se sente essencialmente imbricado com ela. É esse, manifestamente, o caso de Octávio dos Santos.

A intervenção cívica de Octávio dos Santos é variada. Da vida local, à sociologia, passando pelos *media*, pela economia, pela organização do Estado e pela língua e cultura portuguesas. Curiosa a maneira como viveu e anteviu o que se seguiu ao Acto Único europeu. Rejeitando a megalomania (que pena não ter sido ouvido...), apostava no que chamou “pensar grande” (p. 43), apelando à necessidade e urgência da constituição de estruturas económicas e empresariais sólidas, de grande dimensão, com elevados índices de produtividade e de rentabilidade. Isto, note-se, nos idos anos 90...

Alguns dos textos deste livro ficaram presos no tempo ou no espaço. São o seu testemunho do que vivia quando os escreveu e não perdem interesse por isso. Mas outros há que não foram beliscados pela

cronologia. Podiam ter sido escritos ... amanhã. Já em 1991 entendia Octávio dos Santos ser legítimo a Portugal, na cena mundial, “assumir decididamente um papel de destaque, e até mesmo de liderança” (p.59). Cá se reencontra outra vez, velada, a mesma pergunta de 1976. Faz falta decisão. Determinação. Estratégia. Não basta conhecer a meta ou indicar o rumo. Há que saber ser persistente no caminho e evitar desnecessários desvios. Esse trajecto, porém, implica uma “nova mentalidade que elimine, de uma vez para sempre, os tradicionais traumas e complexos colectivos que acabam por reflectir-se também ao nível individual, e que restitua aos portugueses e a Portugal um orgulho, natural e legítimo, por o serem” (p. 84). Mas não se pense que é alheia a tarefa de construir uma nova mentalidade, que resultará num “Novo Portugal”, que dá título à obra. Essa é “missão que cabe a todos” (p.85). O Novo Portugal dispensará “o conformismo, a resignação e a passividade (...) tão características dos portugueses” (p. 113) e que são os pilares da institucionalização da mediocridade. Uma mediocridade ancorada num incompreensível, mas evidente, complexo de inferioridade. E o absurdo desse complexo não nos permite enxergar o óbvio: Portugal é “local de confluência” (p. 115). É aqui, à sombra dos nossos sonhos, que o Mundo se pode reencontrar.

As conclusões estruturais, de um ponto de vista político, são necessárias, lógicas. Percebe o autor que a vocação nacional do nosso País não precisa da república. Antes a repudia. Até porque, como diz, “a república está morta” (p.131) e precisa de ser enterrada. Já a monarquia, pelo contrário “está viva!” (p. 136). Está viva e pronta para continuar a servir Portugal, devendo-lhe o nosso país “a sua identidade cultural, a sua unidade enquanto nação, e também as páginas mais gloriosas da sua história” (p. 136). O rei não é burocratizável, como refere com acerto, e pode ser um importante “elemento de coesão, de equilíbrio, mas também de motivação, de dinamismo” (p. 137). Sendo o poder real sobretudo simbólico, não se pense que ele é, por isso, “abstracto ou inútil”. Não.

Vale a pena percorrer este excuro, meditar nos seus postulados e perceber que, mesmo quando não concordamos com todos os seus pontos de vista, e

algumas vezes me afastei deles, o pensamento de Octávio dos Santos está longe de ser passadista, anquilosado e redutoramente conservador. O próprio não rejeita alguns dos rótulos que lhe podem querer colar “antes «Velho do Restelo» do que «piloto enviado por Baco»; antes céptico do que traidor” (p. 247).

Boas leituras!

Nuno Pombo

Daqui e Dali:

“Não é negra, nem bubónica, mas também é mortífera. Tão pouco é “grisalha” como afirmou recentemente um jovem deputado do PSD. É precisamente laranja, e também rosa, as cores da pestifera partidocracia que há 39 anos vem ferindo de morte a Nação. Esta partidocracia internacionalista apátrida, ignorante e convencida, insultuosa, vem travando combate mortal e sistemático contra o Povo Português, sua língua e história pátria, instituições, cultura, saúde e independência nacional.

Nunca algum governo em Monarquia se atreveu a tal. E não, não é uma peste “grisalha”, é colorida, jovem e moderna, e já dura há muito mais tempo do que durou a peste negra de 1348, a qual segundo a Crónica “pelo São Miguel de Setembro se começou a pestilência. Foi grande mortandade pelo mundo...”. Esta mortandade durava na terra por espaço de três meses”.

Clara Constanzo Sticherer (Associada de Mérito da RAL)
in *Correio da Manhã* (15-04-2013)



F O R N E C E D O R O F I C I A L
D A C A S A R E A L


SAGRES
BOHEMIA

**SAGRES BOHEMIA ORGULHA-SE DE SER A HERDEIRA
DAS COMPANHIAS DE CERVEJA FORNECEDORAS DA CASA REAL PORTUGUESA.**

Seja responsável. Beba com moderação.